ÂNFORAS R1 EM PORTUGAL

A.M. Arruda

I. Introdução

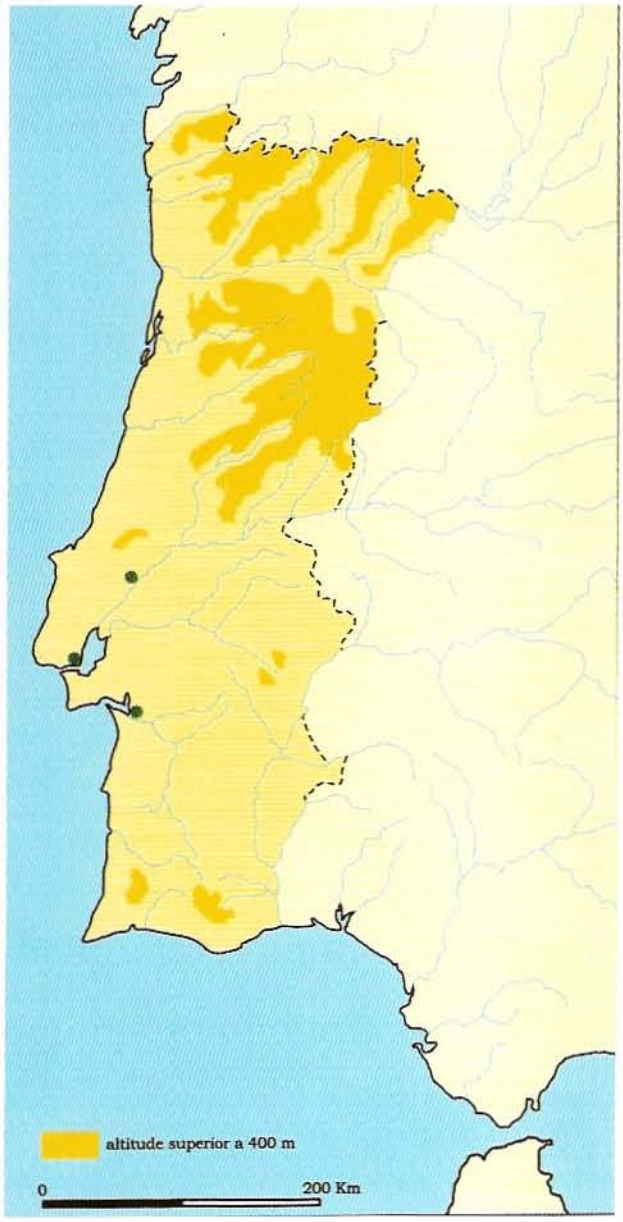
Os mapas de distribuição das chamadas ânforas R1, publicados em 1995 por Ramon Torres ([1]), apresentam, relativamente ao território actualmente português, um vazio quase total, que se por um lado não é real, por outro seria incompreensível, tais são as evidências dos contactos entre a região e o mundo fenício ocidental. Tenho, evidentemente, consciência que tal ausência não se deve ao desconhecimento do autor do que se publica para ocidente da fronteira luso-espanhola, nem tão pouco a qualquer preconceito relativamente à área portuguesa da Península Ibérica. Sei, pelo contrário, que o facto de o trabalho do investigador de Ibiza não contemplar a área correspondente ao actual território português decorre, apenas e tão só, da ausência de informação publicada sobre estes materiais, facto que entendi dever colmatar. Pareceu, por isso mesmo, pertinente apresentar aqui as referidas ânforas integradas nos respectivos contextos de recolha, aproveitando para analisar a seu âmbito comercial.

Começo por referir que as ânforas de saco ou R1, não estando presentes em números elevados, são, quase sempre, uma constante nos sítios onde o comércio com os fenícios ocidentais ficou evidenciado, sendo portanto já numerosos os locais onde foram registadas (*Fig. 1* e *2*).

Os centros importadores são pois, exclusivamente, os locais ditos orientalizantes, ou as fundações coloniais de Abul e Santa Olaia, variando a cronologia das peças de acordo com os próprios tipos específicos em que se integram e também, e consequentemente, com os contextos arqueológicos em que foram recolhidas.

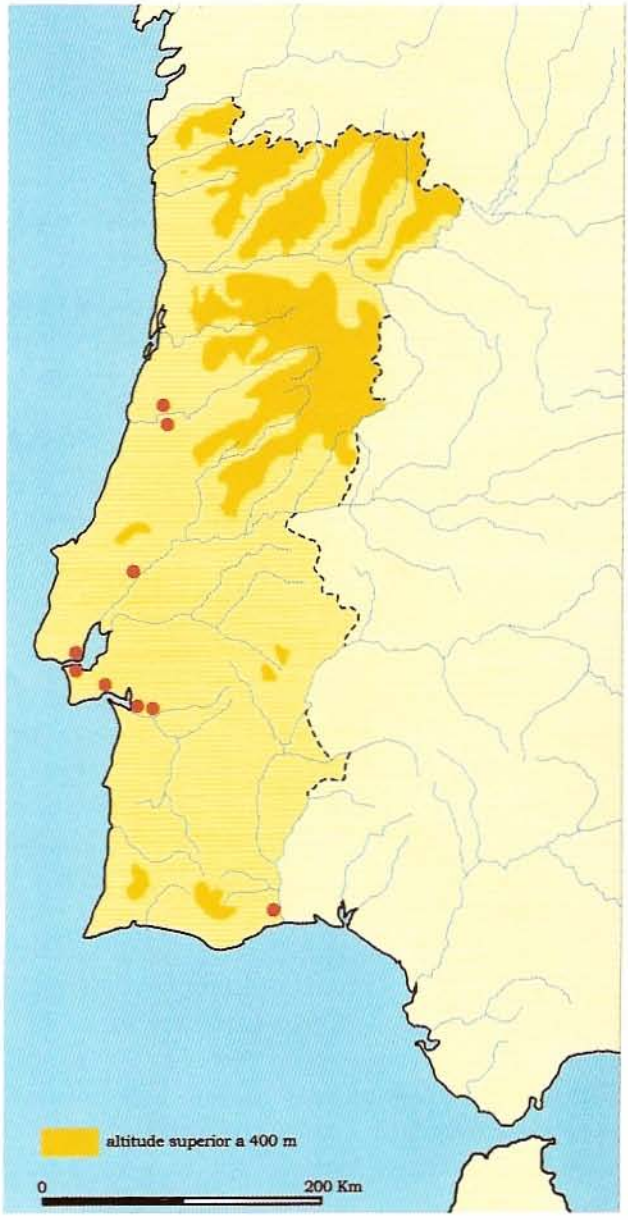
Nesta breve introdução, devo ainda acrescentar que os centros produtores se devem localizar no Ocidente, concretamente em oficinas dos chamados «Grupo de Málaga», «Grupo Baía de Cádiz» e «Grupo Ocidente Indeterminado» ([2]). O facto de ter lidado, quase exclusivamente, com fragmentos de reduzidas dimensões dificultou, muitas vezes, a sua associação directa aos tipos definidos na mais recente tipologia de ânforas fenício-púnicas, que, lembro, foi elaborada com base em exemplares completos ([3]). Alguns detalhes morfológicos importantes para a classificação tipológica, como o local de implantação das asas, as larguras máximas, as inflexões das paredes, bem como a altura total e mesmo a forma geral do corpo, não são possíveis de determinar na grande maioria das ânforas R1 encontradas em território português. No entanto, o que existe permitiu, também muitas vezes, uma aproximação às formas conhecidas, o que, associado à análise das características físicas de alguns fragmentos e dos respectivos contextos de recolha, possibilitou a avaliação da evolução e dos ritmos das importações, bem como dos centros produtores que abasteciam o ocidente peninsular.

([1]) J. Ramon Torres, *Las ánforas fenicio-púnicas del mediterráneo central y occidental*, Barcelona 1995.
([2]) *Ibid.*
([3]) *Ibid.*



Carta de distribuição dos achados de ânforas do tipo 10.1.1.1, no actual território português. Localidades de norte para sul: Santarém, Lisboa, Abul.

Fig. 1



Carta de distribuição dos achados de ânforas do tipo 10.1.2.1, no actual território português. Localidades de norte para sul: Santa Olaia, Conimbriga, Santarém, Lisboa, Quinta do Almaraz, Setúbal, Abul, Castelo de Alcácer do Sal, Castro Marim.

Fig. 2

II. O tipo 10.1.1.1.

Entre as ânforas R1, o tipo 10.1.1.1. de Ramon Torres ([4]) é o menos abundante e aquele cuja dispersão espacial também parece menor (*Fig. 1*).

Registou-se apenas em dois sítios do estuário do Tejo, concretamente na Alcáçova de Santarém (*Fig. 4*) e na Sé Catedral de Lisboa (*Fig. 3*). Um bordo de Abul pode também, com reservas, ser assim classificado, apesar de as características morfológicas poderem indicar uma variante relativamente evoluída, já próxima do tipo 10.1.2.1.

Relativamente aos exemplares de Santarém, deve dizer-se que a totalidade dos oito fragmentos de bordo reconhecidos foram encontrados em níveis preservados da Idade do Ferro, que foram datados, radiometricamente, entre os finais do século X e os inícios do século IX, a que pode corresponder uma cronologia histórica da segunda metade do século VIII a.C.. O restante espólio associado revela características orientalizantes (pratos e taças de engobe vermelho, *pithoi* pintados em bandas, cerâmica cinzenta), sendo também abundantes as cerâmicas manuais de tradição indígena, muitas das quais com decoração brunida na superfície interna.

Os bordos das ânforas apresentam as características morfológicas típicas destas produções anfóricas. São altos, têm a face externa recta ou ligeiramente côncava e a face interna convexa. Em dois deles, a canelura que faz a ligação do bordo à parede é profunda, sendo mais suave a que se observa em outros três. Nos restantes, este detalhe não é observado.

Os dois bordos, cuja canelura de ligação a parede é profunda e vincada, possuem pastas que, com alguma facilidade, podem incluir-se naquilo a que Ramon Torres designou «Grupo de Málaga». De facto, e para além de as suas superfícies se apresentarem cobertas por um espesso engobe branco amarelado, as pastas, evidenciam cozeduras médias, são porosas, estando presentes partículas de mica, feldespatos, quartzos, e elementos silto-ferruginosos. A cor é castanho alaranjado em dois dos casos e castanho rosado no outro.

Dois outros exemplares parecem passíveis de se integrarem, quanto ao fabrico, no «Grupo Baía de Cádiz». As pastas são ainda porosas, de textura arenosa, sendo visíveis numerosas calcites, e abundantes feldespatos, bem como raras micas e quartzos. A cor é castanha alaranjada, mas possuem um espesso núcleo cinzento. Estão cobertas por um fino e ténue engobe castanho claro.

Quanto às restantes ânforas de tipo 10.1.1.1. da Alcáçova de Santarém a atribuição de uma área de produção é mais problemática, podendo, no entanto, considerar-se que foram fabricadas na região ocidental, preferindo optar pela sua integração no chamado «Grupo Ocidental Indeterminado».

A ânfora recolhida durante as escavações da Sé Catedral de Lisboa não possui um exacto contexto de recolha, sabendo-se apenas que provêm de um nível onde a cerâmica dita orientalizante é muito abundante. As características que apresenta, tanto ao nível morfológico como do ponto de vista do fabrico, indicia que se está perante uma produção integrável no «Grupo de Málaga». Tal como os exemplares de Santarém assimiláveis a este grupo, esta ânfora de Lisboa possui a típica canelura bem marcada na ligação do bordo à parede.

Num nível que corresponde à primeira fase de Abul, foi encontrado um fragmento de ânfora que, embora com reservas, pode ser classificada com 10.1.1.1. ([5]). Julgo que a morfologia do bordo, apesar de não ser completamente típica deste tipo anfórico, permite esta integração, não sendo de descartar a hipótese de estarmos perante uma ânfora que corresponda ao final destas produções. O facto de o bordo não ser tão alto quanto é habitual, o ligeiro espessamento interno que apresenta e ainda o ombro estar relativamente descaído são detalhes que, por surgiram no tipo

([4]) *Ibid.*, pp. 229-230.

([5]) F. MAYET - C.T. DA SILVA, *L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal). (Itineraires Lusitaniens)*, Paris 1997, p. 239, fig. 7, nº7.

10.1.2.1., pesaram na sua atribuição a uma fase de transição entre os dois tipos. Apesar do contexto da recolha ser, por agora, desconhecido, julgo que a associação desta ânfora à primeira fase de Abul deve ser considerada como possível, o que será mais um argumento a favor da hipótese de se tratar de um exemplar que, não sendo já típico do tipo 10.1.1.1., também não o é do tipo 10.1.2.1. De facto, a cronologia proposta para essa fase construtiva (finais da 2ª metade do século VII a.C.) compagina-se com o final da produção e difusão do primeiro dos tipos e com o início das do segundo. Gostaria ainda de lembrar que o exemplar de Abul apresenta similitudes morfológicas com a ânfora 10.1.1.1., n.º 393 de Ramon Torres ([6]). Não estão ainda publicados dados que permitam propor qualquer centro de produção para o exemplar de Abul. No entanto, e tendo em consideração a natureza do sítio, parece viável que ele se localize na área de Málaga ou de Cádiz.

Não posso deixar de referir, desde já, que, tal como outros materiais e as análises de radiocarbono efectuadas, a distribuição das ânforas de tipo 10.1.1.1. no território actualmente português evidencia o momento relativamente precoce dos contactos entre os fenícios ocidentais e o ocidente da Península Ibérica, tendo ocorrido, portanto, quase simultaneamente à chegada de fenícios ao Levante e ao Estreito de Gibraltar. Por outro lado, foi o estuário do Tejo o palco privilegiado desses primeiros contacto, o que podendo causar alguma estranheza pela área geográfica em que se situa, não impressiona se pensarmos que esta é uma das regiões portuguesas mais famosas pelos recursos minerais que pode proporcionar (ouro, prata e estanho), recursos esses, aliás, largamente, referenciados pelos autores clássicos.

II. O tipo 10.1.2.1.

As ânforas de tipo 10.1.2.1. são, incomparavelmente, mais numerosas que as do tipo anterior, sendo também maior a sua distribuição no território actualmente português (*Fig. 2*). A quase totalidade dos sítios que, de uma forma ou de outra, entraram em contacto com o mundo fenício ocidental registam, nos seus inventários, ânforas deste tipo, muitas vezes em número significativo, que apresentam a típica diversidade nos detalhes morfológicos que os caracterizam.

No estuário do Tejo, concretamente em Almaraz, Lisboa (*Fig. 6*) e Santarém (*Fig. 5*), as ânforas de tipo 10.1.2.1 são abundantes.

Na Alcáçova de Santarém, elas estão associadas a níveis que pude datar, historicamente, entre a segunda metade do século VII e os primeiros quartéis do século VI a .C. Trata-se de bordos relativamente curtos (1-1.5 cm), espessados internamente e com a superfície externa rectilínea ou convexo côncava. Quanto ao fabrico, as características das pastas e dos engobes que cobrem a suas superfícies externas permitiram integrar a maioria no «Grupo Extremo Ocidente Indeterminado». Um escasso número de exemplares cabe, no entanto, no que Ramon Torres designou «Grupo de Málaga» ([7]).

Conjuntamente com um numeroso espólio de características orientalizantes, os exemplares de Lisboa foram recolhidos nas escavações que decorreram no claustro da Sé Catedral, na década de 90. Apresentam também as típicas características morfológicas deste tipo anfórico. Dadas as características físicas das pastas, penso possível deduzir que foram fabricadas em centros produtores do Ocidente, cuja área exacta não é possível determinar.

Sabe-se que em Almaraz as ânforas 10.1.2.1. são numerosas, mas desconhece-se, por enquanto, o contexto exacto da sua recolha, bem como as características físicas das suas pastas.

([6]) J. Ramon Torres, *Las ánforas fenicio-púnicas del mediterráneo central y occidental, cit.*, p. 558, Fig. 195.
([7]) *Ibid.*, p. 256.

Atendendo ao numeroso espólio orientalizante deste sítio (escaravelhos, contas de colar oculadas de pasta vítrea, cerâmica pintada em bandas, cerâmica de engobe vermelho, cerâmica cinzenta), a presença, em quantidades apreciáveis, destas ânforas não causa qualquer estranheza.

No estuário do Sado, as ânforas 10.1.2.1. constam dos inventários de Alcácer do Sal, tendo sido recolhidas tanto na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires ([8]), como no povoado correspondente: Castelo de Alcácer do Sal ([9]).

Na área urbana de Setúbal, as escavações que decorreram na Travessa dos Apóstolos permitiram também identificar exemplares deste mesmo tipo ([10]).

Ainda no estuário do Sado, mas em sítio de tipologias e características distintas dos povoados e necrópole indígenas anteriormente citados, Abul ofereceu, igualmente, ânforas 10.1.2.1 ([11]). A sua associação à 2ª fase de construção de Abul A permite datá-las, neste sítio, da 2ª metade do século VII a.C., data que é absolutamente compatível com a cronologia da produção e da respectiva distribuição, em todo o ocidente, deste contentor.

Mais para Norte, no Mondego, as ânforas 10.1.2.1. são mais raras, ou mesmo apenas vestigiais se considerarmos que alguns fragmentos de bordo encontrados em Conímbriga ([12]) e Santa Olaia ([13]) assim podem ser classificados.

No Algarve, apenas o Castelo de Castro Marim, na foz do Guadiana, forneceu ânforas integráveis neste tipo específico. Provêm de níveis onde outros materiais de matriz orientalizante foram também encontrados e as características morfológicas que apresentam indiciam uma datação do final do século VII ou inícios do VI a.C.

A carta de distribuição destas ânforas no território actualmente português merece ainda um último comentário. Em primeiro lugar, ficou evidenciada a sua concentração nos estuários do Tejo e Sado. Assim, parece claro que o processo comercial iniciado na 2ª metade do século VIII a.C. ganha um considerável dinamismo e maior volume a partir de meados do século VII a.C., quando um significativo número de ânforas provenientes dos sítios fenícios da Andaluzia costeira chega a estas regiões. Por outro lado, a sua tímida presença no estuário do Mondego, não deixa de causar perplexidade, uma vez que a actividade comercial com a região de Cádiz, durante o século VII, está bem atestada por outros materiais, tanto em Santa Olaia como em Conímbriga.

III. Outros tipos

Como se referiu no final do ponto precedente, as importações de ânforas fenícias ocidentais para o estuário do Mondego terão tido o seu apogeu a partir da segunda metade do século VI a.C., sendo muito escassos os testemunhos de ânforas de cronologia mais antiga. De Santa Olaia, são provenientes ânforas que, englobando-se, em parte, no amplo grupo denominado R1, podem

([8]) S. FRANKENSTEIN, *Arqueología del colonialismo. El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania*, Barcelona 1997, p. 325, lám. 51.

([9]) C.T. SILVA - J. SOARES - C.M. BEIRÃO - L.F. DIAS - A. COELHO-SOARES, *Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979): Setúbal Arqueológica*, 6-7 (1980-1981), pp. 149-218, Fig. 13, n.º 134 e 135.

([10]) J. SOARES - C.T. SILVA, *Ocupação pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos: Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana* (= *Trabalhos de Arqueologia*, 3), Lisboa 1986, pp. 87-101 (Fig. 7, nº12).

([11]) F. MAYET - C.T. DA SILVA, *L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal), cit.*, Fig. 125, nº3.

([12]) A. ALARCÃO, *Céramiques préromaines: Fouilles de Conímbriga* VI, Paris 1976, pp. 3-17; V.H. CORREIA, *Os materiais da Idade do Ferro de Conímbriga e a presença fenícia no Baixo vale do Mondego: Os fenícios no território português* (= *Estudos Orientais*, 4), Lisboa 1993, pp. 229-283.

([13]) I. PEREIRA, *Santa Olaia et le commerce atlantique (Itineraires Lusitanens)*, Paris 1997, pp. 209-253.

enquadrar-se nos tipos 10.2.2.1. e 11.2.1.6. ([14]). Ambos os tipos foram largamente produzidos nos centros fenícios da área do Estreito de Gibraltar, sendo de realçar que o primeiro se inspira no tipo 10.1.2.1. Se os exemplares 10.2.2.1. pertencem, de facto, ao grupo de ânforas de saco ou R1 e são datados da segunda metade do século VI a.C., já os que se classificam como 11.2.1.6. se podem incluir no que convencionou chamar, genericamente, Mañá Pascual A4. O facto de mais especificamente os ter classificado como 11.2.1.6. permite que se proponha para eles uma data do final do século V a.C.

O contexto exacto de recolha destas ânforas é desconhecido, apenas se sabendo que o sítio, uma pequena ilha localizada no estuário do Mondego, forneceu um abundante espólio de características orientais e evidenciou uma intensa actividade metalúrgica. Vários outros factores contribuem para que se possa colocar a hipótese de se tratar de um sítio, eminentemente, colonial, cuja fundação poderá ter ocorrido entre a 2ª metade e o final do século VII a.C. O seu pleno funcionamento durante todo o século VI a.C. ficou provado não só pela presença de ânforas do tipo 10.2.2.1, mas por outro espólio aí encontrado ([15]).

No Castelo de Castro Marim, no Algarve, e para além das ânforas de tipo 10.1.2.1. já referidas, foram recolhidos exemplares integráveis no tipo 10.2.2.1. (*Fig. 7*), o que remete para uma datação centrada na segunda metade do século VI a.C. Parece importante referir ainda que os contactos deste sítio com a área gaditana prosseguiram a partir do século V a.C., contactos esse consubstanciados em ânforas, nomeadamente de tipo Mañá Pascual A4, entre muitos outros materiais arqueológicos ([16]).

IV Discussão

Pouco mais há a discutir a propósito dos dados atrás enunciados, julgando que cumpri os objectivos que me levaram a redigir este trabalho: ampliar o mapa de distribuição das ânforas fenícias ocidentais, alargando até ao território actualmente português a área de dispersão e difusão destes contentores e do produto que eles transportavam.

Não resisto, no entanto, à tentação de acrescentar, ainda, uma série de notas finais, que ajudem a enquadrar a nova cartografia apresentada, começando por referir que o raio de dispersão, já antes muito amplo ([17]), se alargou agora até ao Atlântico Central, área que terá, conjuntamente com o mediterrâneo Central e Ocidental, participado na *Koiné* económica que uniu, a partir do século VIII a .C., uma vasta região.

Apesar de em número reduzido, a presença de ânforas de tipo 10.1.1.1. no território actualmente português, estando, directamente, relacionada com as navegações fenícias para a costa ocidental portuguesa, demonstra como essas navegações ocorreram num momento antigo, facto, até há pouco tempo, insuspeitado. Parece também certo que os contactos estabelecidos entre a região e a área gaditana precederam em alguns anos a instalação permanente de fenícios na área mais ocidental da Península Ibérica, como parece possível deduzir dos dados de Abul e Santa Olaia.

Como é habitual em outras regiões ocidentais, as ânforas 10.1.2.1. são, no território actualmente português, muito mais numerosas e tiveram uma muito mais ampla difusão do que as anteriores. Parece possível concluir que o âmbito comercial fenício se alargou, também aqui, a partir

([14]) S. Frankenstein, *Arqueología del colonialismo. El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania, cit.*, p. 310, lám. 34; p. 311, lám. 35 e 36; p. 312, lám 38.

([15]) *Ibid.;* I. Pereira, *Santa Olaia et le commerce atlantique, cit.*

([16]) A.M. Arruda, *As cerâmica áticas do Castelo de Castro Marim*, Lisboa 1997; A.M. Arruda, *As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a I a.C.: ACFP 4*, II, pp. 727-735.

([17]) J. Ramon Torres, *Las ánforas fenicio-púnicas del mediterráneo central y occidental, cit.*, p. 279.

meados do século VII, sendo aliás este o momento em que surgem as primeiras fundações oniais. Neste contexto, parece importante recordar que estas ânforas, que tiveram grande difu- em várias regiões do Ocidente, foram produzidas, em larga escala, nos povoados fenícios do ral andaluz, de que é bom exemplo o *atelier* encontrado no Cerro del Villar ([18]). Sabe-se que bém em Ibiza e no Levante houve produção deste tipo anfórico e que muitos sítios indígenas duziram grandes quantidades de ânforas deste tipo ([19]). No entanto, tudo indica que as pro- ções indígenas e periféricas têm, sobretudo um âmbito reduzido e estritamente local, sendo de mitir que as importações portuguesas tenham, exclusivamente, origem nos centros produtores área europeia do Estreito de Gibraltar e que resultem, tal como as de Mogador, do papel pro- onizado por Cádiz no comércio Ocidental. A presença, em números consideráveis, de ânforas 1.2.1., no território actualmente português, parece estar em concordância com o êxito que este ntentor adquire e com a sua enorme difusão na área Norte Ocidental do Mediterrâneo e tam- n na costa africana e em Ibiza. A presença esmagadora, em toda a costa ibérica até ao Golfo Leon, na Argélia Ocidental e no Marrocos Atlântico ([20]), prolonga-se, de facto, até à costa oci- ntal peninsular. Entendo, no entanto, que este êxito e esta difusão estão relacionados com uma sença e um comércio fenícios de maior escala que o da época imediatamente precedente, que, s, acabaria por resultar, também no território português e como já referi, na fundação de esta- ecimentos permanentes.

A presença, em Portugal, de ânforas de tipo 10.2.2.1. enquadra-se ainda no âmbito comercial Cádiz, uma vez que estas parecem corresponder, afinal, a uma evolução das 10.1.2.1., tendo o fabricadas no mesmos centros fenícios que os tipos precedentes ([21]). De referir que, aqui, s surgem em centros de consumo com largas tradições de contactos com a região gaditana, dendo um deles ser considerado um sítio fundado por fenícios ocidentais – Santa Olaia.

GENDAS DAS FIGURAS

1 - Mapa de distribuição das ânforas 10.1.1.1., no território actualmente português.
2 - Mapa de distribuição das ânforas 10.1.2.1., no território actualmente português.
3 - Ânfora 10.1.1.1. de Lisboa.
4 - Ânfora 10.1.1.1. de Santarém.
5 - Ânfora 10.1.2.1. de Lisboa.
6 - Ânfora 10.1.2.1. de Santarém.
7 - Ânfora 10.2.2.1. do Castelo de Castro Marim.

([18]) M.E. AUBET, *La secuencia arqueo-ecológica del Cerro del Villar: La cerámica fenicia en Occidente. Centros de pro- ión y áreas de comercio*, Valência-Alicante 1999, pp. 41-68; M.E. AUBET - P. CARMONA - E. CURIÁ - DELGADO - A. FERNADEZ CANTOS - M. PÁRRAGA, *Cerro del Villar – I. El assentamiento fenicio en la desembocadel río Guadallorce y su interacción con el hinterland*, (*Monografías Arqueología*), Sevilla 1999.
([19]) J. RAMON TORRES, *Las ánforas fenicio-púnicas del mediterráneo central y occidental, cit.*, p. 280.
([20]) *Ibid.*
([21]) *Ibid.*, p. 281.

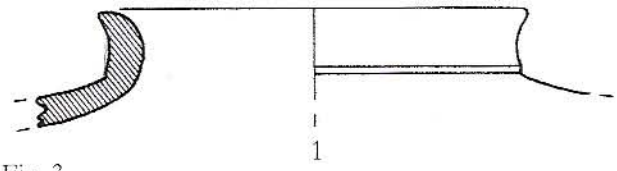


Fig. 3

Fig. 4

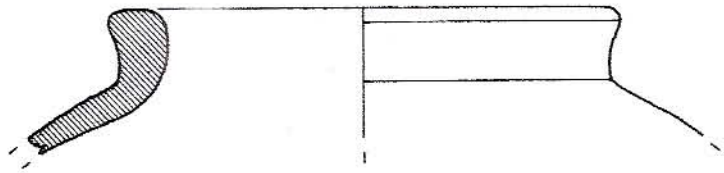


Fig. 5

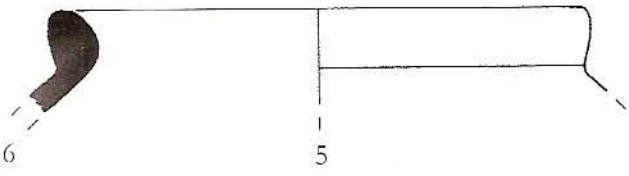


Fig. 6

1:2

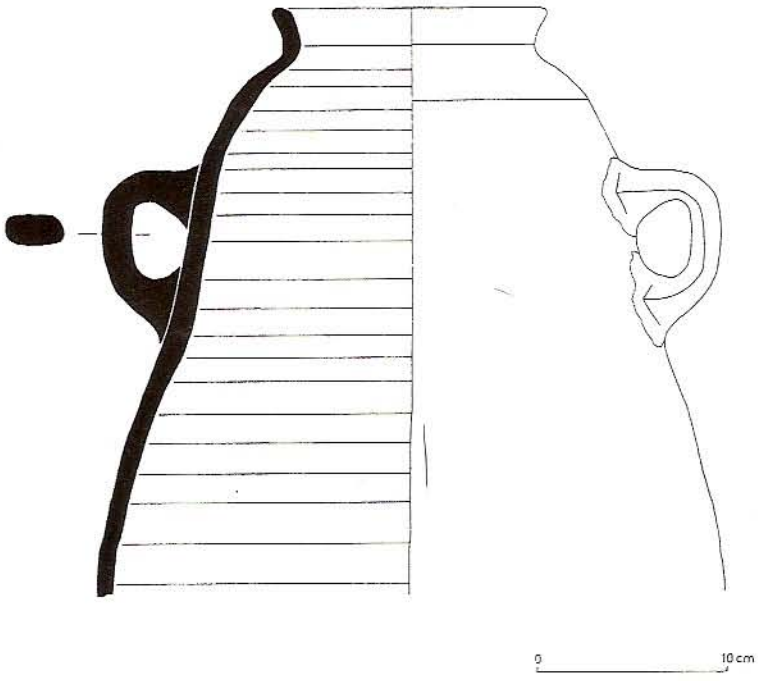


Fig. 7